

Sarney convence os militares

BRASÍLIA — Os quatro ministros militares (Exército, Marinha, Aeronáutica e Estado Maior das Forças Armadas), além dos generais-chefes do Gabinete Militar e do Serviço Nacional de Informações (SNI) definiram ontem, em nova reunião com o presidente José Sarney, desta vez no Palácio da Alvorada, uma estratégia comum do governo para preservar, "a qualquer custo", a ordem pública. De acordo com informação oficial, a preocupação do presidente e dos ministros militares com as greves é preservar a transição democrática, para que ela seja concluída "sem traumas".

A reunião de ontem foi considerada desdobramento da de anteontem, quando foram chamados ao gabinete de Sarney, à noite, dez ministros. Os militares aproveitaram para fazer severas críticas à Medida Provisória nº 50, baixada pelo governo na esperança de conter e disciplinar as greves no País. Eles ainda não estavam convencidos do poder de intimidação da medida e até duvidavam de sua eficácia. A desconfiança assustou o presidente, que se desdobrou em explicações, reforçadas pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, para quem a medida "tem a autoridade suficiente", não é "água com açúcar", como ironizaram os militares, e abre possibilidade para o presidente da República efetuar convocação civil quando houver perigo iminente de paralisação nos serviços essenciais.

Os militares ficaram convencidos quando o consultor escreveu, na margem de uma folha de papel, a seguinte advertência: "Se não for aprovada (pelo Congresso) a Medida Provisória nº 50, voltaremos à Lei nº 4.330". Essa lei, de 1964, prevê quórum de dois terços das categorias nas assembleias para a decretação da greve e estabelece sanções penais mais duras, como a reclusão de sindicalistas em penitenciárias. Tais dispositivos nunca foram aplicados, segundo o consultor, e Sarney foi aconselhado a não abrir o precedente. "Ela é muito antipática", concluiu Saulo.

A decisão de enviar a medida ao Congresso foi tomada numa reunião, no dia 25, em que o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, fez um dramático relato ao presidente sobre a greve no Banco Central. "Dentro de dois dias não teremos dinheiro circulando no País", disse.